

## ADELAIDE CABETE: UMA PEDRA ANGULAR NA CONSTRUÇÃO DA HUMANIDADE

*ADELAIDE CABETE: a cornerstone in the construction of humanity*

RODRIGUES, João<sup>1</sup>, COELHO, Ana B. D.<sup>2</sup>, BRANDÃO, Larissa C.<sup>3</sup>, & ZHOLTSIKAVA, Valeryia<sup>4</sup>

### Resumo

Este trabalho aborda a vida e obra de Adelaide Cabete, mulher ímpar em Portugal. Trata da sua atuação como obstetra e ginecologista, do seu trabalho frente às necessidades da classe trabalhadora, das mulheres, das crianças, do tratamento pré-natal e infantojuvenil. Observa-se também a vida política de uma mulher à frente de seu tempo, feminista, escritora, médica, republicana, sufragista, higienista, publicista, socióloga, maçona, socialista, livre-pensadora e educadora que teve atividade em muitas organizações portuguesas, lutando para incluir as mulheres como cidadãs plenas.

### Abstract

This work addresses the life and work of Adelaide Cabete, an unique woman in Portugal. It deals with her role as an obstetrician and gynecologist, her work in the face of the needs of the working class, women, children, prenatal care and adolescent care. The political life of a woman ahead of her time, a feminist, a physician, writer, a republican, a suffragist, a hygienist, a publicist, a sociologist, a freemason, a socialist, a free-thinker and an educator, who was active in many Portuguese organizations, struggling to include women as full citizens.

**Palavras-chave:** *Adelaide Cabete; Feminismo; História política portuguesa; Licença maternidade.*

**Keywords:** *Adelaide Cabete; Feminism; Portuguese political history; Maternity leave.*

**Data de submissão:** setembro de 2022 | **Data de publicação:** junho de 2023.

<sup>1</sup> JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES – CECS & UTAD. PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt

<sup>2</sup> ANA BEATRIZ DIAS COELHO – UTAD. PORTUGAL. Email: anabeatrizdias66@gmail.com

<sup>3</sup> LARISSA CÂNDIDO BRANDÃO – UTAD. PORTUGAL. Email: larissacandidob@gmail.com

<sup>4</sup> VALERYIA ZHOLTSIKAVA – ERASMUS. Email: lera.zholtikova17@mail.ru

O que é a mulher? — O que é este ente a quem devemos o existir, que guia os nossos primeiros passos ao sair do berço, e que, assemelhando-se a um anjo consolador, vela por nós até descermos à sepultura? (Alexandre Herculano 1837, p. 62.).

## NOTA INTRODUTÓRIA

É consabido que o papel desempenhado pelas mulheres ao longo dos tempos, em todas as longitudes e latitudes, foi o de ocupar um lugar absolutamente secundário em relação à posição dominante de homem: cuidar do lar e da família. É igualmente consabido que houve mulheres que irreverentemente se recusaram a assumir essa famigerada e triste condição de eternas submissas e tudo fizeram para alterar o paradigma, a que a sorte as votara, atrevido-se a escrever com o sacrifício das suas vidas novas páginas da História: páginas essas que paulatinamente foram alterando o *status quo* e imprimindo um traço indelével na cultura, na justa medida em que souberam elevar a dignidade da mulher, cujo “destino” ficaria doravante traçado: “por ela, Deus continua a criação superior, a do reino espiritual, a que se desenrola sobre a Terra o lar, a família, a tribo, a cidade. É Eva que cimenta e bate as grandes pedras angulares na construção da humanidade” (Queirós, 1988, p. 366). Não faltam, felizmente, exemplos de mulheres que no seu tempo fizeram a diferença. Hoje, dedicamos o nosso interesse à figura de Adelaide Cabete (1867-1935), cuja vida se traduz no desafio de se superar a si própria na teia dos padrões sociais que a excluía do banquete da vida: luta pela instrução superior, luta pelos seus direitos. Porém, o altruísmo que lhe corre nas veias não lhe permite descansar à sombra do estatuto que a sua carreira profissional de médica lhe proporciona: a vida de Adelaide Cabete traduz-se num grito de alerta onde denuncia e combate os males que afetam a sociedade portuguesa do seu tempo. Será a voz dos “sem voz” que irá colocar o “dedo na ferida aberta”, chaga social que a República não conseguiu sarar, ao denunciar e combater os males que afetam a saúde pública, em geral, e o bem-estar das grávidas e crianças, em particular: tais aspetos serão objeto de reflexão nas linhas que se seguem.

## 1. BREVE NOTA BIOGRÁFICA

Associar a data do seu nascimento à famigerada Regeneração, tão preconizada pela geração liberal, em pleno século XIX, precisamente no ano em que em Portugal se publicava o Código civil, poderíamos ser levados a vislumbrar que os esperados anos de paz e prosperidade marcariam a infância e a juventude de Adelaide Cabete. Porém, a História encarregou-se de mostrar precisamente o contrário: os partidos do rotativismo - Regenerador e Progressista – não souberam estar à altura dos desafios que a situação portuguesa exigia: o analfabetismo, a corrupção e o atraso do país que não conseguia apanhar o carril do desenvolvimento e o vexame a que o *ultimatum* inglês nos sujeitou, cavaram a sepultura da monarquia, anunciada nas *Conferências do casino* e tentado o seu funeral a 31 de janeiro de 1891, na cidade invicta, facto que viria a ser adiado e finalmente consumado, na revolução do 5 de outubro, levada a cabo no famigerado ano de 1910.

Foi este o ambiente social, económico e político em que Adelaide de Jesus Damas Brasão Cabete nasceu, em Elvas, precisamente a 25 de Janeiro de 1867. A sua família, profundamente marcada pela pobreza, contava-se entre as muitas do profundo Alentejo, cujos escassos proveitos não permitiam assegurar aos filhos uma educação primária. Assim, a sua infância teve lugar no seio de uma família modesta de trabalhadores rurais. A situação de pobreza extrema exigiu dela um amadurecimento precoce: repartiu o tempo da sua infância entre o exercício de funções domésticas a que se viu obrigada a desempenhar e a necessidade de trabalhar na secagem de ameixas, bem como exercer atividades agrícolas, não lhe restando qualquer tempo para brincar. No entanto, apesar das dificuldades, aprendeu, como autodidata, a ler e a escrever.

Aos 18 anos, casou com Manuel Ramos Fernandes Cabete, um sargento do exército, republicano, homem culto, que a incentiva a instruir-se. Realiza o exame de instrução primária aos 22 anos e concluiu com distinção o seu diploma da escola secundária, aos 27 anos de idade.

Em 1895, o casal mudou-se para Lisboa. No ano seguinte, Adelaide Cabete ingressou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, aos 28 anos, completando o seu curso em 1900 com a sua dissertação *A Protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento physico [de novas] gerações*, tendo concluído o curso pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa com a classificação de 14 valores. No mês seguinte o periódico *Elvense* noticia a defesa da tese e a conclusão da licenciatura de Cabete. O mesmo jornal publicará o seu primeiro artigo intitulado: “instrua-se a mulher” em 9 de maio de 1901.

Foi admitida como membro na Sociedade das Ciências Médicas em 15 de dezembro do mesmo ano. Desta forma, “Adelaide foi notável entre pares, num universo maioritariamente composto por homens. De ideias firmes e de fortes convicções, foi lutadora ímpar, soube ser solidária, destemida mulher de causas” (Lousada, 2010, pp. 23-24). Foi apenas a terceira mulher a receber formação médica em Portugal e a abrir a sua própria clínica ginecológica em Lisboa. Esse facto faz de, Adelaide Cabete “uma figura incontornável na História das Mulheres Portuguesas. Como mulher soube impor-se numa sociedade fechada, tradicionalmente patriarcal, capaz de sujeitar o feminino ao foro do privado, num isolamento a que não sobreviveriam tantas outras mulheres da sua geração” (Lousada, 2010, p. 23).

## **2. ADELAIDE CABETE, UMA PEDRA ANGULAR DO SEU TEMPO**

As causas abraçadas por Cabete cruzam-se e, invariavelmente, convergem na intervenção cívica por si levada a cabo. E se as isolamos é apenas por uma questão metodológica, no sentido de as arrumar e apresentar aos leitores devidamente ordenadas. Já fizemos referência à formação de Cabete. Uma questão que a choca, ao longo da sua formação, prende-se com a composição das turmas, no que concerne ao género, onde observa o fosso que separa o número de homens do das mulheres: no liceu, 119 dos seus colegas eram homens e ela era a única mulher; na faculdade de Medicina havia 36 homens e duas mulheres, precisamente Adelaide Cabete e Maria do Carmo e Joaquim Lopes. Essa constatação irá concorrer, por exemplo, para a indefinição da fronteira entre a medicina e o feminismo.

Adelaide Cabete é inseparável da história das ideias sociais e políticas do seu tempo: não estranha, por isso, que ela tenha sido uma ativista republicana, em cuja luta empreendeu esforços, que levariam à revolução do 5 de Outubro, que poria fim a quase oito séculos de monarquia. Enquanto ativista, foi militante de muitas organizações como a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP), as *Ligas de Bondade* ou a *Liga Portuguesa Abolicionista*. No entanto, seria como fundadora e Presidente do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP) que a sua intervenção mais se faria sentir.

Importa também referir que Cabete foi iniciada na maçonaria em Lisboa, a 1 de março de 1907, no Palácio Maçónico, de acordo ao prenúncio do G.O.L.U. - Grande Oriente Lusitano Unido segundo o rito REAA (Rito Escocês Antigo e Aceito). E ela escolheu o nome simbólico Louise Michel (1830-1905), famosa figura francesa. Como

maçónica, Cabete empenhar-se-á nos tratados feministas, em missivas que mostra à Respeitável Loja Obreiros do Trabalho, em Março de 1911. Em 1923, ainda no âmbito da maçonaria, Adelaide Cabete obtém autorização para criar a Ordem Maçónica Mista do Direito Humano e funda a Loja Humanidade 776, sendo eleita “Venerável”.

Em 1929 parte para Angola, onde se empenha na defesa dos direitos dos autóctones e de outras causas justas, sem nunca esquecer a luta pela criação de maternidades e de instituições para crianças. Por meio disso, em Luanda, abriu consultório médico e continuou a escrever nos jornais locais e nos periódicos da metrópole. Além disso, em África, fez parte de cursos, colóquios, conferências e lecionou em cursos de “férias” no Liceu Salvador Correia. Tornou-se uma grande voz no apoio às maternidades em Portugal, finalmente com sucesso, em 1932, quando foi aberta a primeira maternidade no país.

Em jeito de síntese, Lousada invocando um dos seus biógrafos, Henrique Viena, que por ocasião do primeiro aniversário da sua morte, em 14 de setembro de 1936, aponta o seu carácter poliédrico ao referir que “não seria possível dar uma pálida ideia acerca da sua existência se tivéssemos a pretensão de a arrumar em compartimentos estanques, de tal modo profícua e prolixa ela tinha sido, mas a lição sobre ela pronunciada é modelar e revela o quão intensa e extraordinária foi a sua vida” (Lousada, 2010, p. 25). Vejamos algumas facetas que concorrem para o carácter compósita desta figural singular:

### ***Médica e Higienista***

Em 1885, ano em que Adelaide Cabete e Manuel Cabete se conhecem, o Conselho Municipal de Paris admite médicas ao internato nos hospitais. Contudo, em Portugal, essa prática já era permitida, desde 1870. Porém, foi como Alice Samora afirma: “medida emancipatória que foi levada a cabo por razões mais conservadoras” (2007, p. 100). Já que as mulheres pacientes estariam mais inclinadas a serem observadas, tocadas e analisadas por outras mulheres. Cabete sabia dos constrangimentos que as pacientes sentiam com os médicos, bem como das resistências misóginas de alguns médicos. Por isso, não estranhamos a reação enérgica, quando protesta: “não pertenço ao número dos doutores que andam sempre a atirar à cara dos outros o seu diploma, mas também nunca consinto, sem protesto, que o meu seja amesquinhado porque me custou muito trabalho, e, a meu marido, a pequena fortuna que tinha quando casou comigo” (Cabete, 1932, p. 2,

cols 2-3). Começou por exercer medicina no seu próprio consultório, primeiramente na Rua da Prata, 153, – 2.º, depois na Rua dos Restauradores. Especializou-se naquela que atualmente se conhece por Ginecologia e Obstetrícia: “Exercendo a clínica geral, dedicou-se em especial às doenças das senhoras, merecendo-lhe particular atenção as moléstias uterinas e os partos, o que ainda mais lhe tem aumentado o número de seus admiradores” (D. Adelaide Cabete, 1905, p. 2 col 1).

Além disso, nos cinco anos que passou em Angola, de 1929 a 1934, abre também em Luanda um consultório médico. Segundo Elina Guimarães, Cabete foi “acompanhando com o melhor espírito de camaradagem as tendências da sua geração escolar” e também por meio do seu trabalho, observou-se “onde pela primeira vez se revelaram as ideias de justiça social e o infinito amor pela mulher e pela criança que mais tarde norteariam a sua vida” (1935, p. 1, col. 3). Assim, Cabete escolheu medicina pelo “altruísmo natural e o espírito investigador” (Guimarães, 1935, p. 1, col. 3) e ela era uma mulher com “bom humor e retidão de carácter [...] digna de simpatia era essa rapariga alegre e corajosa, que, sendo em toda a aceção da palavra a «fada de um lar», era simultaneamente uma cientista brilhante” (Guimarães, 1935, p. 1, col. 3).

Cabete preocupava-se com a vida das mulheres e grávidas, pois

as que, condenadas pela dura lei da necessidade a serviços violentos até ao termo da sua gravidez, merecem a minha comiseração, tais como costureiras de máquinas, lavadeiras de casas e de roupas, vendedoras ambulantes, operárias de certas fábricas e outros misteres tão penosos como em extremo prejudiciais para o desenvolvimento e robustez do fruto que albergam em seu seio; sendo certo que este nasce duplamente enfezado, já por não permanecer no útero o tempo preciso, já por se nutrir mal durante o tempo em que ali se conserva (Cabete, 1908, p. 2, col. 5).

Assim, esta inquietação levará Cabete a esforçar-se na defesa das condições médico-sanitárias e medidas sociais essenciais para a qualidade de vida mínima dos mais vulneráveis. Desta maneira, ela promoveu a proposta de preservar das tarefas pesadas as mulheres grávidas, a partir dos dois meses (8 semanas) até ao fim da gestação (36 semanas). Por meio disso, Adelaide Cabete é considerada uma das pioneiras na defesa da licença maternidade, preservando a saúde e o bem-estar das grávidas, mães solteiras, prostitutas, antes, durante e depois do nascimento das crianças.

Hoje, verifica-se que as causas em que Adelaide Cabete se empenhou, Portugal ainda não curou, completamente, essa chaga de que o país padece. Cabete, atuou contra o que atualmente se conhece pelo nome de “violência obstétrica”. Segundo a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (ADMGP), a violência obstétrica consubstancia-se na “violência contra as mulheres no contexto da assistência à gravidez, parto e pós-parto”. Assim, as formas mais comuns de violência obstétrica incluem abusos físicos ou verbais, práticas invasivas, uso desnecessário de medicação, intervenções médicas não consentidas, humilhação, desumanização e recusa de assistência ou negligência pelas necessidades da mulher.

Comprova-se que na 2ª edição do inquérito “Experiências de Parto em Portugal” baseou-se no QACE (Questionnaire for Assessing the Childbirth Experience), a primeira forma padronizada que mostra uma avaliação multidimensional da experiência subjetiva do parto, validada e usada em muitos países. O formulário teve a participação de 7 555 mulheres que tiveram um parto nos hospitais portugueses entre 2015 e 2019. Ao redor de 30% das mulheres entrevistadas no inquérito afirmaram ter sido vítimas de desrespeito, abuso ou discriminação. Contudo, a representante do “Movimento Violência Obstétrica em Portugal”, Carla Santos está a buscar soluções e afirma que “está à procura de um enquadramento legal para a violência obstétrica. Está à procura de conhecimento por parte da Ordem dos Médicos e do Colégio de Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, e está também à espera de medidas preventivas desta realidade de violência” (Carvalho 2021), para que nenhum ser humano tenha que ser humilhado e abusado quando der à luz.

Por meio do seu trabalho, Cabete integrou as ciências sociais, políticas e médicas para melhorar o bem-estar dos mais desfavorecidos, pois ela já sabia que as condições de habitação e acesso a saneamento básico predisõem para o aparecimento de doenças como hepatite A, doenças respiratórias, parasitoses, subnutrição, enfermidades sexualmente transmissíveis, tuberculose, pneumonia e muitas outras. Assim, Cabete defendia o acompanhamento psicológico e apoio institucional às mães depois de terem dado à luz, apresentando a necessidade na criação de creches e sua regulamentação legal. “Adelaide Cabete defendia a vantagem na permanência das mães em maternidades para acompanhamento pós-parto, zelando por ambientes em condições higiênicas favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças recém-nascidas” (Lousada, 2010, p. 34).

Deste modo, é essencial referir que «eram as mulheres de menores recursos [que] passaram a ser “casos clínicos” para ensinar os estudantes de medicina, enquanto as das classes mais abastadas continuaram a ser assistidas pelas parteiras nos recatos das suas casas e, se iam para o hospital, os seus partos não eram assistidos pelos estudantes e os seus casos não serviam para formação” (Marques, 2006, p. 87). Além disso, Cabete alertava para os riscos que a grávidas corriam ao recorrerem, num contexto de clandestinidade, a parteiras particulares, sem quaisquer condições de higiene e segurança, para interromperem a gravidez. Daí o seu alerta ao referir que

perante a prática abortiva, que eram as mulheres pobres as mais negligenciadas e maltratadas, as primeiras a sucumbir às mãos de matronas, ou na sequência de abortos feitos pelas parteiras, em péssimas condições, quando chegavam (se chegavam) ao hospital já nada havia a fazer para as salvar. Sendo verdadeiramente assustador o número de pessoas infectadas por sífilis, Adelaide faz-nos saber que nem sempre as mulheres sabiam serem portadoras da doença e que no caso da escolha de uma ama-de-leite toda a atenção era pouca, visto aparentemente aquela ser uma doença passível de passar despercebida a leigos na matéria (Lousada, 2010, pp. 34-35).

Apesar de não haver dados da taxa de mortalidade infantil em Portugal, antes de 1960, verifica-se que já neste ano, a percentagem chegava a 77.5% e em 2020, o valor chegou a 2.4%. Assim, infere-se que a mortalidade infantil era muito alta quando Adelaide Cabete praticava medicina, pois as condições de saúde pública e desigualdade social em Portugal eram significativas. Deste modo, verifica-se que em 2020, Portugal segue sendo um dos países com maior desenvolvimento humano no mundo, porque fez um forte investimento em saúde pública. Assim, Ricardo Jorge já afirmava: “é que a partir do primeiro ano, já de si muito carregado, as nossas crianças mortas atingem cifras in comportáveis. Que denota isto senão que no período do desmame e da primeira infância, tratamos tão mal as crianças que lhes infligimos um tremendo inigualável morticínio?” (Ricardo Jorge referido por Cabete, 1900, p. 89). Também Alfredo da Costa disse: “o prematuro, como o débil de nascença, é, em geral, um condenado a uma vida inteira de fraqueza corporal, em que amiúde se enxertam as distrofias, as neuropatias e as moléstias consumptivas” (Costa referido por Cabete, 1900, p. 89).

## A MODA

Não foi Adelaide Cabete a primeira figura a denunciar os efeitos nefastos de determinadas modas. Já Alexandre Herculano nos anos em que foi Diretor e principal redator do Jornal *O Panorama* (1837-39) denunciara um conjunto de modas – algumas delas importadas – que escravizavam a mulher, particularmente o uso de barbas de baleia. Mas não só: também a prática de entregar as crianças a amas, com a estrita finalidade de as amamentarem, para que as mães não desfigurassem o corpo foi objeto de denúncia por parte do redator de *O Panorama*, acusando os malefícios que involuntariamente infligiam às crianças (Rodrigues, 2008, pp. 163-168). Na mesma linha, Adelaide Cabete denunciou abertamente a supremacia da indústria da moda em detrimento da qualidade de vida das mulheres:

munindo-se da “arma da ciência”, ao exibir o título de médica, denunciará inúmeras vezes que, por ignorância e vaidade, as mulheres cometem verdadeiros crimes contra a sua saúde e, no caso de estarem grávidas, contra a dos seus filhos. A moda sempre foi por ela analisada através da bitola científica e avaliada segundo as normas e os cuidados de saúde, particularmente no tocante à prevenção da doença. Neste combate analisa e condena o seguimento cego aos ditames da “moda pela moda”, observa e postula acerca dos conceitos que ela envolve, elevando e ampliando a sua intervenção ao plano das ideias médicas (Lousada, 2010, p. 37).

Sem ser pioneira nesta causa, combateu o bom combate, usando, como Herculano, a mesma arma de arremesso – a imprensa: as mesmas causas, os mesmos argumentos, mas agora fortalecidos pela chancela da ciência. Cabete no artigo “A Moda e a Higiene”, publicado em *Portugal Feminino*, afirma:

[...] vê-se também que neste assunto não existe uma razão higiénica a presidir à aceitação ou rejeição de qualquer modernismo no vestuário feminino, mas antes a maneira de explorar melhor a vítima da moda, que é sempre a mulher [...] Ora eu opto pelas saias curtas, não acima do joelho [...] a principal razão porque reprovos as saias de cauda é por serem perigosas – para a saúde da mulher (Cabete, 1930, p. 6).

Esta afirmação e outras afirmações de Adelaide Cabete, apoiadas em evidências científicas estabelecem uma relação de causa efeito entre as ulcerações do colo do útero e as inflamações decorrentes das poeiras que as caudas dos vestidos arrastavam e levantavam, não observando tal situação nas mulheres do campo e as do povo, pelo facto de não usarem saias “*de rojo*”, mas curtas. Assim, Cabete mostra que a cultura da moda já fazia das mulheres meras consumidoras passivas: “as mulheres não vestem o que elas

querem, mas sim, como escravas da moda, o que lhes impõem os mercenários, sem se preocuparem com os resultados funestos que daí resultam” (Cabete, 1930, p. 6).

Cabete além das saias, denunciou o dano provocado pelos espartilhos no corpo das senhoras, causando sérios problemas respiratórios e em todo o aparato digestivo e reprodutor. Refere: “só quem viu os estragos em cadáveres como me aconteceu no meu estudo de anatomia pode avaliar a sua nefasta ação nos órgãos principais à vida daquela que a outros tem de dar vida” (Cabete, 1931, p. 22). Além disso, afirma: “o regresso do espartilho, segundo consta, está para breve, devemos acautelar-nos contra a sua nova invasão para não termos de observar outra vez as costelas assentes nos pulmões e as barbas do espartilho vincadas no fígado e que acima nos referimos” (Cabete, 1931, p. 22).

### *Cabete, uma mulher da polis*

Havia um analfabetismo gritante no país. No entanto, no que às mulheres dizia respeito era vergonho: a entrada no ensino era restrita. A educação feminina era próxima da educação espartana: esta buscava preparar as jovens para o que a sociedade esperava delas - serem boas esposas, boas mães e boas donas de casa. O princípio republicano que apoiava a educação das jovens era algo que estava em conformidade com o feminismo da época: mas entre os princípios e os factos havia um abismo inaceitável. A inserção da mulher no mercado de trabalho apenas serviu para agudizar a injustiça: sem serem aliviadas das lides domésticas e familiares, trabalhavam o dia inteiro nas fábricas, a troco de um vencimento miserável, manifestamente insuficiente para proverem à sua suas necessidades, de forma independente e digna.

Não detinham direitos políticos: votar ou serem eleitas era impensável, estavam totalmente dependentes dos maridos e não podiam fazer uso dos seus bens sem o consentimento do cônjuge e assim, eram consideradas seres humanos de segunda categoria no seu próprio país. Perante tal situação, Cabete envolve-se no movimento *O plebiscito das mulheres portuguesas*, com o intuito de promover o acesso ao voto a metade da população, ou seja, às mulheres.

Cabete afasta-se da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* em novembro de 1909, por combater a exclusão das mulheres do acesso ao voto. Pois, segundo Elina Guimarães,

apesar da propaganda republicana defender objectivos como a democratização, laicização e secularização do Estado e das instituições, pugnando pela dignificação do estatuto social do trabalhador, da mulher e da criança – chegando a inscrever no seu programa, o sufrágio feminino – o advento da I República, nunca o efectivou. Constituindo uma desilusão para a desejada emancipação feminina (pese embora o alargamento da participação das mulheres no funcionalismo, a sua entrada nas universidades e a publicação das denominadas Leis de Família, como a Lei do Casamento como Contrato Civil, a Lei de Protecção dos Filhos e a Lei do Divórcio) foi causa directa do aparecimento, em 1914, do CNMP e da extinção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Elina, 2004, p. 36).

Apesar de suas aspirações pessoais e das suas conquistas pessoais, no que concerne aos seus direitos como cidadã, Cabete percebeu que as medidas políticas republicanas não eram sequenciais, então teve que continuar atuando. Assim, em 1914 foi criado o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), a organização feminista que maior número de sócias angariou; tendo-se internacionalizado, foi, igualmente, a organização do género que maior longevidade conheceu (1914-1947). Deste modo, Cabete continuou usando suas competências oratórias e de comunicação para apresentar os seus ideais, baseados no respeito da pessoa humana. É sintomática a afirmação produzida no ensaio chamado “*A dobrez do homem: o pai e o marido perante a mulher*”:

o casamento nunca deve ser um acto para descansar, mas sim uma nova vida, onde os dois nubentes entrem com toda a coragem, para despenderem energias, que são necessárias para educação das novas vidas que desse núcleo vão surgir. É assim que o casamento deve ser encarado por toda a mulher que é feminista na verdadeira acepção da palavra, porque, neste caso, ela é considerada pelo marido como uma igual e não como uma inferior, a quem ele considera, na maioria dos casos, como uma governante com mais algumas prerrogativas, que os homens cedem muitas vezes por esmola, e mais nada (Cabete, 1925, p. 66).

Além disso, Cabete escreveu às mães como deveria educar as suas filhas, pois a construção da autoestima, do valor próprio e da consciência do papel subalternizado na sociedade que as mulheres são submetidas, começa no ambiente doméstico, assim, sugere:

[façam] propaganda feminista entre os homens que tenham filhas. Não sejamos egoístas: para que o nosso trabalho seja perfeito e seguro, preparemo-lo para as mulheres de amanhã o aproveitarem. E o que V. Ex.<sup>a</sup> tem a fazer desde já é preparar as suas duas filhas para viverem do seu trabalho honesto, visto que não são ricas, e dar-lhes uma perfeita noção da sua dignidade pessoal, ilustrá-las e dignificá-las, de modo que os maridos vejam nelas mais alguma coisa do que a besta de carga e a máquina de fazer filhos, como dizem alguns escritores balofos e algumas banalidades masculinas (Cabete, 1925, p. 66).

Durante 2.º Congresso Feminista e da Educação, de 1928, emergiram fortes reações contra o feminismo, contudo as militantes do CNMP, aproveitaram a oportunidade para denunciar que a principal causa dos sentimentos antifeministas era o desconhecimento. Carmen Marques em *O Rebate*, num artigo intitulado “O Feminismo vai vencer” aprofundou esta defesa, afirmando:

quando todos souberem que o feminismo é a guerra à prostituição, é a luta a favor da criança e da mulher, é a luta pela criação do novo espírito cívico que faça de todos os infelizes e desprotegidos, pela educação e dedicação dos instruídos e fortes, instruídos e fortes como eles na medida da sua natureza (Marques, 1928, p.1, col.2).

Esta visão mais evoluída mostra a importância do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* e como outras figuras abraçaram a mesma causa da emancipação da mulher. Ribeiro Carvalho já em 1912 dera voz à mesma causa, ao afirmar que “as [mulheres] que não têm um lar, as que não têm uma família, as que não podem aspirar a ser esposas ou a ser mães – terão um meio, assim, de fugir à prostituição e à fome. [...] Libertemos a Mulher, não protegendo-a com esmolas, mas emancipando-a, pelo trabalho digno e honesto” (Carvalho, 1912, p. 1). Pois somente por meio do empoderamento das meninas perante a sociedade é que se alcançará uma comunidade plenamente democrática. Nesse contexto, Lousada fazendo uso de expressões de Cabete é perentória ao afirmar:

só dessa forma se contraria a “escravatura da mulher” libertando-a pela autonomia permitida pela autossuficiência. Quando a mulher se bastar a si própria terá conquistado a sua “carta de alforria”. À mulher deverá ser permitido alcançar, pelo trabalho e pelos direitos, a igualdade. Caso contrário terá a chamá-la uma vida de miséria, fome e morte miserável, diz-nos ainda Ribeiro de Carvalho que, nesse caso, se abre o caminho mais imediato, o da prostituição (Lousada, 2010, p. 51).

Contudo, seria necessário esperar pelo 25 de abril (1974) para, em Portugal, as mulheres puderam exercer o direito de votar e poderem ser eleitas.

### ***Separação entre o Estado e a religião.***

As batalhas contra a monarquia antes de 5 de outubro estavam relacionadas com disputas contra a religião, dado que havia uma relação direta entre as duas instituições que segundo o ponto de vista da médica não contribuía para o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Assim, grande parte dos periódicos da época, pertencentes à parte republicana, faziam questão de demonstrar a falta de aprovação de Adelaide Cabete

relativamente ao domínio exercido pela Igreja Católica. Assim, ela afirma: “em todos os tempos houve mistificações e houve mistificadores. Em todos os tempos a Mentira guerreou a Verdade e não raro a levou de vencida. A coisa vem de longe. Vem do pai Adão e da mãe Eva. À Verdade também se chamou Bem e à Mentira chamou-se Mal” (Cabete, 1907, pp. 22-23).

Além disso, Cabete combatia ferozmente a superstição: “as tendências fatalistas da nossa raça, agravadas com a falta de energia que nela determinou o alheamento da própria vontade, criado pela influência religiosa e pelos rigorismos inquisitoriais, tornaram-na campo aberto à influência de todas as superstições, e é a este grande mal social que urge opor um rude combate com medidas, enérgicas, de ação imediata” (Michel *Carta*, 1911). Logo, ela mostra um grande repúdio pelas práticas de “adivinhação” que classifica como fraudes e que acabam por dificultar o trabalho dos profissionais de saúde em busca do bem-estar social.

Adelaide Cabete e seu sobrinho Arnaldo Brazão lideraram o movimento abolicionista em Portugal, frequentemente associado ao combate ao alcoolismo. A *Liga Portuguesa Abolicionista* foi estabelecida no ano de 1924, cujo presidente foi Arnaldo Brazão (1890-1968), sobrinho e filho adotivo de Adelaide Cabete, o qual já tinha apresentado uma tese a favor da abolição da prostituição no Congresso feminista, em 1924.

Cabete também fez parte da *Liga Antialcoólica* que entre 12 e 20 de janeiro de 1924 organizou, em Lisboa, a semana antialcoólica, com o objetivo de chamar a atenção do público para os problemas derivados do álcool, “tendo por foco os malefícios produzidos pelo alcoolismo (classificado pelos promotores como um problema de ordem social e moral, mais do que uma questão de natureza patológica)” (Lousada, 2010, p. 41). Pois a sociedade portuguesa era acometida pelos achacares da fome, da falta de higiene, da ignorância e da pobreza, dando lugar a hábitos prejudiciais ao desenvolvimento humano.

Na sessão de encerramento da campanha antialcoólica que teve lugar, na sede da Universidade Livre foi festejado o 9.º aniversário da publicação oficial da “lei seca”, que contou com a presença de Adelaide Cabete como oradora. Esta Associação localizava-se no consultório da médica e tinha também como cerne a luta pela melhoria de condições de vida dos trabalhadores.

Os perigos da má alimentação dos operários e das operárias foi uma preocupação constante da ativista. Para tal foi feita uma campanha anterior à concretização do 2.º Congresso Abolicionista organizado em Lisboa, em Maio de 1929, onde Cabete apresenta a tese “Eugenia e Eugénica”, assunto até então pouco abordado no país. A crítica social e política marcou a sua escrita: “Os maus governos têm farto quinhão de culpas” (Cabete 1900: 94) escreve, colocando responsabilidade na política tributária sobretudo naquela em que há um agravamento dos produtos de primeira necessidade, realçando o aumento da pobreza na camada mais pobre que dessa forma vão “perecendo à míngua de uma alimentação suficiente” (Cabete, 1900, p. 94). Adelaide Cabete desde cedo entendeu a importância de disposições legais que garantissem os direitos essenciais dos mais desprivilegiados, dando especial atenção às grávidas, durante o serviço.

A carreira policial feminina em Portugal começou nos anos 1930 com a aceitação na polícia de Lisboa das primeiras agentes policiais. Decorreu um debate público sobre a sua necessidade e benefícios, na década de 1920, levado a cabo pelos movimentos feministas, especialmente o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. Assim, no *Primeiro Congresso Nacional Abolicionista* organizado em 1926 pela *Liga Portuguesa Abolicionista*, Adelaide Cabete num dos seus discursos fala, abertamente, da necessidade de uma polícia feminina. Dando o exemplo de outros países, onde a presença de agentes femininas era já uma realidade e era algo vantajoso.

Deste modo, Cabete resume os benefícios da polícia feminina em três aspetos fundamentais: o combate da prostituição o que supõe a alteração da profissão de acordo com os ideais abolicionistas; as funções policiais das mulheres são de vigia e defesa das crianças, jovens, mulheres e prevenção da criminalidade; por último, a polícia feminina deve ter uma função educativa. A médica fundamentava esta sua tese, invocando o êxito que tais polícias femininas tinham em vários países, especialmente nos Estados Unidos da América e Inglaterra. Adelaide Cabete afirmava que as polícias ideais deviam estar ancoradas em três pilares:

- serem portadoras de uma educação estremada, terem informações acerca da metodologia policial e porte moral irrepreensível;
- terem conhecimentos sobre a higiene pública e particular e primeiros socorros;
- deviam ainda ter competências para identificar algumas disposições do código Penal, particularmente no que concerne a narcóticos e à datiloscopia.

## CONCLUSÃO

Adelaide Cabete, Médica, republicana, sufragista, higienista, publicista, socióloga, maçon, socialista, livre-pensadora, educadora e defensora convicta dos ideais feministas, foi uma mulher singular na história do seu país. Mudou e impactou a comunidade por meio de seu trabalho como escritora, médica e feminista. Inconformada com a sorte a que o destino a “condenara”, trilhou o caminho das pedras e combateu o bom combate: ilustrou-se desenvolveu os talentos com que a natureza a dotara, ganhando autonomia financeira e autonomia num mundo em cuja profissão era dominada por homens.

Altruísta e profundamente humanista, não se contentou com a sorte das suas conquistas: profundamente sensível ao sofrimento de quantos viviam excluídos do banquete da vida, arregaçou as mangas e levantou uma cruzada contra as chagas que flagelavam os mais vulneráveis. A sua profissão confunde-se com as causas que abraçou. A sua vida traduz-se num serviço permanente aos outros: o tempo que lhe faltou em criança para brincar, não o recuperou, mais tarde, colhendo, como a linda Inês, de seus anos doces frutos” (Camões III, 120). Não! O sofrimento alheio compungiu-a a empreender o combate nas frentes de batalha mais difíceis: emancipar a pessoa toda e toda a pessoa.

Cabete, enquanto médica, bateu-se pela causa da saúde pública de seu país. Iniciou o que hoje se dá por adquirido: a licença de maternidade, o acompanhamento das grávidas, antes durante e depois do parto, a noção dos malefícios da moda no corpo das mulheres, a importância da higiene e muitas outras medidas preventivas da enfermidade e do mal-estar público. Ainda no âmbito da saúde pública, combateu os achacares e ameaças que, em nome da ignorância, atentavam contra saúde: os curandeiros, as “mezinhas”, as “benzeduras” e as superstições que eram responsáveis por disseminar doenças e desinformação. Atuou também em Angola a favor dos mais carenciados, em defesa das maternidades, da educação, do desenvolvimento pré-natal e infantojuvenil.

Esta senhora aliou sua prática médica com os conhecimentos adquiridos e constantemente atualizados a favor da comunidade, para agora servir de base para estudos científicos, médicos, sociais e políticos. Excelente conselheira, promoveu recomendações que foram e são essenciais para uma sociedade que se desejava democrática e justa. Observou a importância da separação do Estado, da Saúde Pública e da Religião

Em suma, Adelaide Cabete buscou na sua época antecipar o objetivo número 5, que se refere à igualdade de género, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2015. Objetivos estes que têm como propósito a paz, a justiça e instituições eficazes no mundo. Logo, a igualdade de género, não é uma mera questão de género, é uma questão de direitos humanos, de fazer o mundo mais sustentável, eficiente, justo, seguro e saudável. Investir as mulheres da sua dignidade é uma necessidade ambiental, ecológica, política, social e de saúde pública.

Cumprimos, assim, o principal objetivo desta investigação: prestar homenagem a esta figura poliédrica, dando a conhecer a obra de uma humanista que tem tanto de grande e nobre, como de desconhecida – pelo menos do grande público.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Cabete, A. (1900). *A protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento physico de novas gerações. Dissertação defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa*. Typografia Mattos Moreira & Pinheiro.

Cabete, A. (1900). *A protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento physico de novas gerações*. (Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa). Typografia Mattos Moreira & Pinheiro.

Cabete, A. (1907). *Almanach Democrático para 1908*, Lisboa, [1907], pp. 22-23.);

Cabete, A. (1908). “Hygiene da mulher segundo as edades”, *A República*, 10 de Junho de 1908, p. 2.

Cabete, A. (1925). A dobrez do homem: o pai e o marido perante a mulher. *Educação Social. Revista de Pedagogia e Sociologia*, 15 Março, 1925.

Cabete, A. (1930). A Moda e a Higiene: Saias Curtas. *Portugal Feminino*, 7, agosto, p. 6.

Cabete, A. (1931). Selecção Humana. *Alma Feminina*, 5-6, maio e junho.

Cabete, A. (1932). A Mulher e a inteligência. *A Província de Angola*, 17 de Agosto de 1932, p. 2.

Camões, L. (2021). *Os lusíadas*. Porto Editora.

Marques C. (1928). O Feminismo vai vencer. *O Rebate*, n.º 229, 4 de Julho de 1928, p. 1.

Carvalho, R. (2021). Violência obstétrica: Ordem dos Médicos conclui que termo não se aplica em Portugal, vítimas, ativistas e profissionais de saúde garantem que sim. *Jornal Visão*. Internet. Disponível em: [Visão | Violência obstétrica: Ordem dos Médicos conclui que termo não se aplica em Portugal, vítimas, ativistas e profissionais de saúde garantem que sim \(sapo.pt\)](#)

Correia, R. (2013): *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX*. (Dissertação de Mestrado) em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na Sociedade e na Cultura. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Guimarães, E. (1935). Uma alma de mulher. A Dr.<sup>a</sup> Adelaide Cabete. *Correio Elvense*, n.º 267, 17 de novembro.

Herculano, A. (1837). Educação materna. In *O Panorama: jornal litterário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, (8) 24 julho 1837 pp. 62-63) <https://run.unl.pt/bitstream/10362/12614/1/ocia%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520de%2520Mulheres%2520da%2520Primeira%2520Metade%2520do%2520S%25C3%25A9culo%2520XX%2520%25201914-1947%2520Rosa%2520de%2520Lurdes%2520Matias%2520Pires%2520Correi.pdf>

Lousada, I. (2009). International Expectations: ICW - Prelúdio para o CNMP. In *Faces de Eva*, n.º 22, 2009. Disponível em: [international expectations.pdf \(unl.pt\)](#)

Lousada, I. (2010). Adelaide Cabete (1867-1935"). In *Colecção Fio de Ariana*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Presidência do Conselho de Ministros Lisboa, Lisboa, 2010. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Presidência do Conselho de Ministros Lisboa. Disponível em: [Adelaide Cabete\\_Miolo \(unl.pt\)](#)

Marques, R. (2006). O Aborto. In *Lisboa, Ela por Ela*. Coleção Mulheres do século XVIII. Internet. Disponível em: [CIG - O aborto / Regina Marques](#)

Michel, L. [Cabete] (1911). *Carta da médica dirigida em Março de 1911, à Loja Obreiros do Trabalho, denunciando a superstição e a credence que a maçonaria deveria combater, assinando com o seu nome simbólico, na qualidade de Venerável* (BN, N47, Cx1)

Nações Unidas Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - 17 Objetivos para transformar o nosso mundo*. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Portugal \(unric.org\)](#)

National Geographic (2021). Adelaide Cabete, o rosto do feminismo português no século XX. Internet”. Disponível em: Adelaide Cabete, o rosto do feminismo português no século XX | National Geographic (natgeo.pt).

Pires, A. (2012). A liga republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem do século XX - leituras na imprensa feminista. *Revista de Enfermagem*, III, 171-178.

Pordata (2022). *Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil. Quantas mortes há por cada 1.000 residentes? Quantas crianças morrem com menos de um ano de idade por cada 1.000 nascimentos?*. Disponível em: PORDATA - Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil

Queirós, E. (1988). “*Adão e Eva no Paraíso*” em *Obras Completas de Eça de Queiroz*. Resomnia Editores.

Carvalho, R. (1912). Emancipemos a mulher. *O Radical*, Leiria, 25 de janeiro de 1912, p. 1.

Rodrigues, J. (2008). *A Educação na Revista O Panorama*, Tomo I. UTAD.

S/A - “D. Adelaide Cabete” *A Chronica*, n.º 149, dezembro, 1905, p. 2, col. 1.

Samara, A. (2007). Adelaide Cabete, a incansável lutadora. Disponível em: Adelaide Cabete – She Thought It (ilcml.com).

Urbano, P. (2020). Adelaide Cabete e a génese da polícia feminina. In *Instituto de História Contemporânea - Universidade Nova de Lisboa*, Lisboa, 2020. Disponível em: Adelaide Cabete e a génese da polícia feminina — Universidade NOVA de Lisboa (unl.pt)